

NOTA DE REPÚDIO AO POSICIONAMENTO DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO SOBRE AS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA SALA DE AULA

O Coordenador, a Relatora e os Coordenadores Temáticos da Comissão Externa de Acompanhamento do Ministério da Educação (CEXMEC) que assinam esta nota repudiam o posicionamento do Ministro da Educação¹, no qual, esse afirma que crianças com deficiência atrapalham o aprendizado de outros estudantes, diante da falta de equipe para auxiliar professores e da ausência de conhecimento do docente para dar a essas atenção especial. Entendemos que a fala do Ministro é segregadora e vai contra as leis e as normas constitucionais brasileiras que promovem a inclusão aos estudantes com deficiência.

O Brasil percorreu longo caminho para a instauração de legislações e normativas que promovam a inclusão dos estudantes com deficiência, preferencialmente em escolas regulares. É ainda signatário da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas, comprometendo-se a estabelecer metas de inclusão de pessoas com deficiência nos mais variados espaços sociais. As evidências² também apontam que o fomento à educação inclusiva beneficia não somente os estudantes com deficiência, mas também a toda a comunidade escolar, incluindo os alunos sem deficiência.

A inclusão e o acolhimento de todos os estudantes, a garantia de acesso à educação, o combate à evasão escolar, o retorno seguro às aulas presenciais e a promoção de ações que avaliem a aprendizagem dos alunos brasileiros deveriam ser prioridades para o Ministro da Educação, especialmente durante a pandemia do novo coronavírus. Contudo, o MEC encontra-se em inércia, com baixos investimentos na Educação Básica e promovendo programas que não atendem com urgência as demandas educacionais e a complexidade deste momento.

No contexto da educação inclusiva, o MEC neste período de pandemia age com omissão e com negligência: não elaborou política pública de acolhimento dos estudantes com deficiência e nem sequer promoveu estratégia, em diálogo com os demais entes federados, para que esses alunos continuem a ter acesso às aulas. Ainda, não promoveu política sistêmica e efetiva voltada à formação inicial e continuada para professores e equipes da comunidade escolar sobre o tema. Pelo contrário, o governo federal concentrou todos os esforços em uma nova Política Nacional para a Educação Especial (PNEE), com propostas segregadoras e considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

A inclusão é força motriz para que tenhamos uma educação acessível e que abrace todos os princípios democráticos e de cidadania. Logo, nenhuma fala que atente a esta finalidade e que atinja a dignidade humana deve ser tolerada! Com isso, exigimos que o Ministro da Educação reveja a sua postura e peça desculpas aos mais de 1,5 milhão de estudantes brasileiros com deficiência. Além disso, pedimos que o Ministro dê explicações ao parlamento e a toda a sociedade brasileira acerca dos investimentos do Ministério na educação inclusiva.

1

<https://tvbrasil.ebc.com.br/sem-censura/2021/08/ministro-da-educacao-milton-ribeiro-e-o-convidado-d-o-sem-censura>

² https://alana.org.br/wp-content/uploads/2017/08/educacao-inclusiva_pt.pdf

Brasília, 17 de agosto de 2021.

Felipe Rigoni
Coordenador da
CEXMEC

Tabata Amaral
Relatora da CEXMEC

Eduardo Bismarck
Coordenador Temático da
CEXMEC

Prof. Israel Batista
Coordenador Temático da
CEXMEC

Silvia Cristina
Coordenadora Temática da
CEXMEC

Tiago Mitraud
Coordenador Temático da
CEXMEC